Recomendações de Políticas Públicas:

Conselho Local de Imigrantes

Conselho Local
de Imigrantes

Ficha Técnica

Título:
Recomendações de Políticas Públicas:
Conselho Local de Imigrantes

Autoras:
Nélia Neves
Inácia Sá

Edição:
Rede Europeia Anti-Pobreza / EAPN Portugal
Rua de Costa Cabral, 2368
4200-218 Porto
www.eapn.pt

Ilustrações, Design e paginação:
A Cor Laranja

Data de Edição:
2023

Tiragem:
40 exemplares

ISBN:
978-989-8304-99-5

Depósito Legal:
526175/24

Nota:

Este Manual surge no âmbito do projeto Conselho Local de Imigrantes, cofinanciado pelo POR Lisboa através do Fundo Social Europeu e gerido pela Rede DLBC Lisboa - Associação para o desenvolvimento local de base comunitária.

Recomendações de Políticas Públicas: Conselho Local de Imigrantes.

Nélia Neves
Inácia Sá

EAPN PORTUGAL
2023

Índice

Enquadramento do Conselho Local de Imigrantes	05
O Conselho Local de Imigrantes	07
Primórdios e objetivos	07
Caracterização do Território de Intervenção - Lisboa Ocidental / Centro Histórico	07
A nossa inspiração metodológica: PAHRCA – Investigação Ação Participativa: uma abordagem dos direitos humanos e capacidades	08
Conselho Local de Imigrantes e Parcerias	09
Caracterização do Público-Alvo – Quem pode integrar o Conselho Local de Imigrantes?	11
Grupos Focais – Identificação de Temas Prioritários para as Pessoas Imigrantes na Cidade de Lisboa	13
Tabela 1 – Grupos Focais realizados durante a implementação do projeto Conselho Local de Imigrantes	15
Tabela 2 – Grupos Focais realizados junto dos participantes do Conselho Local de Imigrantes	16
Atividades	18
Tabela 3 – Sessões de Capacitação, de informação e de Sensibilização realizadas em 2021	19
Tabela 4 – Sessões de Capacitação, de informação e de Sensibilização realizadas em 2022	20
Tabela 5 – Sessões de Capacitação, de informação e de Sensibilização realizadas em 2023	22
Visitas Institucionais	24
Tabela 6 – Visitas institucionais realizadas entre 2021 – 2023	24
Assembleias Participativas e Recomendações de Políticas públicas	25
Prioridade fundamental 1: Acesso à Habitação: O verdadeiro desafio para os Imigrantes	26
Prioridade fundamental 2: Empregabilidade e Reconhecimento de Qualificações	28
Prioridade fundamental 3: Inclusão e Exclusão - Os imigrantes têm que ser ouvidos	29
Prioridade fundamental 4: Direito à Saúde dos Imigrantes na Cidade de Lisboa	31
Prioridade fundamental 5: Sistema Político Português para Pessoas Imigrantes	33
Contatos e Serviços	35
Organizações Sociais / IPSS	35

Talvez sejamos todos imigrantes
Trocando uma casa por outra
Primeiro, deixamos o útero para apanhar ar
Depois os subúrbios pela cidade imunda
à procura de uma vida melhor
Acontece que alguns de nós acabam
por deixar países inteiros

Rupi Kaur, O sol e as suas flores, 2018

Enquadramento do Conselho Local de Imigrantes

A Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal (EAPN Portugal) tem como missão contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, em que todos sejam corresponsáveis na garantia do acesso dos cidadãos a uma vida digna, baseada no respeito pelos Direitos Humanos e no exercício pleno de uma cidadania informada, participada e inclusiva.

Em 2021 a EAPN Portugal deu início ao projeto Conselho Local de Imigrantes – CLI com intervenção no Centro Histórico ocidental de Lisboa. O projeto é cofinanciado pelo POR Lisboa através do Fundo Social Europeu e gerido pela Rede DLBC Lisboa - Associação para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária. O CLI surge com a abertura do programa *Desenvolvimento de Novas Estratégias Locais de Intervenção Social* da POR Lisboa 2020 cujo eixo prioritário é centrado no número 6. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação, centrado no objetivo temático número 9. Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação e com a prioridade de investimento 9.6(9vi) focadas em estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades. Pretende concretizar o objetivo específico de aumentar o número de estratégias de desenvolvimento socioeconómico de base local em territórios rurais e costeiros e em territórios urbanos desfavorecidos.

A EAPN Portugal, enquanto rede de organizações com forte implementação ao nível local e nacional, teve a oportunidade de promover o projeto em parceria com entidades públicas e organizações da sociedade civil locais que intervêm diretamente junto da população imigrante no terreno.

O Conselho Local de Imigrantes seguiu uma abordagem integrativa e multissetorial e envolveu a participação da população imigrante junto das entidades públicas e as organizações da sociedade civil. O envolvimento multilateral de todas as partes permitiu uma avaliação social das necessidades e dificuldades mais prevalecentes enfrentadas pela população imigrante.

Objetivos Principais do Manual de Recomendações de Políticas Públicas

O presente manual apresenta-se como um instrumento resultante da participação contínua da população imigrante ao longo de três anos no projeto Conselho Local de Imigrantes no Município de Lisboa.

A metodologia PAHRCA – *Participatory Action Human Rights and Capability Approach* foi utilizada para assegurar a promoção da participação, reflexão, confiança e análise de pessoas imigrantes sobre o seu processo de integração. Esta metodologia foi a base para a concretização do aprofundamento do conhecimento sobre a população imigrante que reside no território de intervenção.

Assim, os objetivos do manual são:

- Apresentar os contributos partilhados por pessoas imigrantes face aos desafios e necessidades identificados por eles, que serão apresentados neste manual como propostas/ soluções no âmbito das políticas públicas.
- Criar um documento que apoie as entidades institucionais, as organizações da sociedade civil de terreno e a população imigrante na construção de futuras ações que melhorem o processo de integração de pessoas imigrantes.
- Reforçar o funcionamento de uma rede local de apoio ao acolhimento, à integração e à inclusão social das pessoas imigrantes.
- Demonstrar que através de uma metodologia com um enfoque integrado e multidimensional é possível integrar as pessoas imigrantes no processo de tomada de decisão.

Ao longo do manual é dado destaque às vozes da população imigrante e dos mediadores culturais que estiveram envolvidos no projeto ao longo dos três anos de implementação com o objetivo de promover em todas as etapas do projeto uma abordagem *bottom-up*.

Conselho Local de Imigrantes, 2023

O Conselho Local de Imigrantes

Primórdios e objetivos

O Conselho Local de Imigrantes é um projeto de Investigação de Ação Participativa, promovido pela **Rede Europeia Anti-Pobreza / EAPN Portugal com o seguinte** objetivo geral: reforçar o combate à pobreza e à exclusão social através da produção de conhecimento sobre as pessoas imigrantes residentes na zona do Centro Histórico e Ocidental da cidade de Lisboa e da promoção de práticas de cidadania e participação cívica e ainda de recomendações políticas que contribuam para a concretização da Estratégia de Desenvolvimento Local da Rede DLBC de Lisboa.

A inspiração para a construção do projeto surge na sequência da articulação da EAPN Portugal com associações de acompanhamento a imigrantes em situação de vulnerabilidade na Área Metropolitana de Lisboa.

O processo de reflexões sobre metodologias para populações imigrantes por parte da EAPN Portugal iniciou-se com a parceria no projeto REGAL – Regaining Life for Precarious Women at Work[1] (H2020) que decorreu no Município da Amadora a partir 2019[2].

Para assegurar o envolvimento igualitário dos diversos públicos-alvo, o REGAL utilizou a metodologia participativa PARHCA. Esta experiência metodológica permitiu trabalhar os objetivos do projeto através da consciencialização participativa, onde a voz dos participantes guia a orientação das necessidades. O impacto da metodologia PARHCA foi positivamente avaliada pela EAPN Portugal ao longo da parceria do projeto, resultando que esta mesma fosse a base do projeto Conselho Local de Imigrantes.

O projeto ROMI[3], apesar de desenvolvido num registo diferente, também contribuiu para influenciar a metodologia de trabalho desenvolvido pelo Conselho Local de Imigrantes[4].

Através da implementação do Conselho Local de Imigrantes, a EAPN Portugal deu os primeiros passos no alargamento da rede, ao criar parcerias com organizações sociais de apoio a imigrantes que atuam no território da Cidade de Lisboa.

Caracterização do Território de Intervenção - Lisboa Ocidental / Centro Histórico

O território de intervenção inicialmente previsto para o projeto foram os Bairros ou Zonas de Intervenção Prioritária da Unidade de Intervenção Territorial do Centro Histórico e Ocidental da cidade de Lisboa que correspondem às freguesias da Ajuda, Alcântara, Campo de Ourique, Estrela, Misericórdia, Penha de França, Santa Maior e São Vicente. Contudo, devido aos constrangimentos provocados pela pandemia da Covid-19, a área de intervenção foi alargada para incluir toda a Cidade de Lisboa no ano de 2023[5].

Imagem: Rede DLBC Lisboa

Segundo os censos de 2021, Lisboa tem uma população residente de 545,796 habitantes. De acordo com os dados do SEF referente a 2022, 15,6% da população são estrangeiros residentes, um aumento de 5% face ao ano anterior.

A concentração da população imigrante reflete-se no tecido económico e nas oportunidades perspetivadas na cidade, que funcionam como um atrativo ao estabelecimento de mais pessoas imigrantes.

---

1 O projeto REGAL – Regaining Life for Precarious Women at Work decorreu entre o período de 2019 a 2020. Financiado pela Comissão Europeia e promovido pela BEWEGING em parceria com o GRDR (Groupe de Recherche et Realisations pour le Development Rural), Focus Ireland, Rede Europeia Anti-Pobreza / EAPN Portugal e FUNDATIA T.O.N (FUNDSATIA the open network for community development) e pode ser consultado em https://www.regalproject.eu/pt/home-po/

2 O projeto contou com um objetivo específico que pretendia ligar a diretiva dedicada à conciliação entre a vida profissional e familiar ao abrigo do Pilar Europeu dos Direitos Sociais partiu da situação precária de mulheres em diversos países europeus, incluindo mulheres imigrantes.

3 O projeto ROMI decorreu entre julho de 2011 a novembro de 2013 e inseriu-se na Tipologia 7.3 - Apoio Técnico e Financeiro às ONGs, Programa Operacional Potencial Humano e foi direcionado especificamente a mulheres de etnia cigana nos concelhos de Santo Tirso e Porto. Pode ser consultado em https://www.eapn.pt/investigacao-e-projetos/projetos-nacionais/projeto-romi/

4 O ROMI tinha como objetivo a igualdade de oportunidades das mulheres de etnia cigana através da promoção do exercício da cidadania ativa junto da população de etnia cigana. Este projeto inspirou também a elaboração de um diagnóstico participativo e a criação de espaços de participação ativa, reflexão e análise crítica que juntaria em discussão os vários grupo-alvo envolvido.

5 Durante os primeiros dois anos de implementação, o Conselho Local de Imigrantes esteve limitado ao BIP/ZIP da Zona Ocidental/Centro Histórico de Lisboa. Contudo, devido aos constrangimentos provocados pela pandemia da Covid-19, a implementação do projeto foi alargada a todos os territórios BIP/ZIP da cidade de Lisboa de modo a permitir a realização de atividades e permitir a fomentação de sinergias entre entidades localizadas em diversas freguesias da cidade de Lisboa.

No território existem equipamentos que prestam apoio socioeconómico à população como os centros de emprego, os gabinetes de inserção social e os centros de apoio à integração de imigrantes assim como associações que gerem estes equipamentos em parceria ou não com as entidades públicas do território e que podem beneficiar de uma atuação mais integrada e em rede que potencie o desenvolvimento local e as redes comunitárias locais.

Os dados do IEFP – Instituto do Emprego e da Formação Profissional e do GEP/MTSSS - Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, apontavam para um número elevado de pessoas imigrantes desempregadas no ano 2020, em determinadas freguesias pertencentes à zona do Centro Histórico e Ocidental de Lisboa. Os números mais elevados referentes ao desemprego na população imigrante concentravam-se nas freguesias de Alcântara (25,5%), Misericórdia (24,2%), Penha de França (29,2%) e Santa Maria Maior (45,6%).

De acordo com os mesmos dados, identificava-se em 2020, 24,4% da população estrangeira na Cidade de Lisboa era beneficiário de algum tipo de prestação social. Em algumas freguesias da Zona do Centro Histórico e Ocidental de Lisboa a percentagem da população imigrante que recebia apoios sociais ultrapassava a média da cidade de Lisboa, tal como na freguesia da Penha de França (27,8%) e em São Vicente (55,8%).

Estes dados são reveladores, contudo, é necessário refletir no período em que foram recolhidos. 2020 viu o mundo parar devido à pandemia da Covid-19. É importante relembrar que um número elevado de imigrantes em Portugal exerce a sua função laboral nos setores do turismo, restauração e hotelaria. Como sabemos, estes setores foram gravemente afetados pela pandemia, resultando em encerramentos de estabelecimentos e despedimentos. Os dados de desemprego nesta altura foram mais elevados em todo o país, não sendo um fenómeno exclusivo dentro da população imigrante.

A nossa inspiração metodológica: PAHRCA – Investigação Ação Participativa: uma abordagem dos direitos humanos e capacidades *Participatory Action Research: a Human Rights and Capability Approach*

O quadro metodológico PAHRCA reúne a teoria da participação, dos direitos humanos e das capacidades numa só abordagem. O objetivo da abordagem é envolver as pessoas em processos participativos que as obrigue a desafiar e a mudar o seu próprio mundo e a colaborar na coprodução de conhecimentos. O objetivo não é apenas a extração de dados ou a produção de conhecimento, mas sim trabalhar com grupos vulneráveis para os capacitar a compreender e a desafiar as estruturas que causam a sua exclusão e vulnerabilidade.

A metodologia PAHRCA é uma abordagem flexível com cinco etapas:

1. Identificar, reunir e desenvolver parcerias;
2. Encontro preliminar com os participantes – passo para a criação de confiança;
3. Desenvolver e reforço das capacidades – aplicar a abordagem de direitos humanos;
4. Recolha de dados/análise: método de inquérito;
5. Realizar ação/resultado.

Os primeiros passos...

O projeto **Conselho Local de Imigrantes** exigiu inicialmente um **mapeamento** das organizações, entidades públicas e dos documentos direcionados à população imigrante já existentes.

O mapeamento de parcerias estratégicas das entidades de trabalho direto com os imigrantes, conjuntamente com o trabalho de terreno desenvolvido por equipas técnicas permitiu que a equipa técnica da EAPN Portugal tivesse um maior acesso à comunidade imigrante da Cidade de Lisboa. O envolvimento da comunidade é essencial para a concretização de uma metodologia que exige a participação comunitária para alcançar os seus resultados e dar resposta a uma necessidade local há muito sentida no que se refere ao combate à pobreza e exclusão social e à promoção de uma cidadania participativa por parte da população imigrante residente no Centro Histórico Ocidental de Lisboa.

Para garantir o sucesso do envolvimento das pessoas imigrantes foram planeadas as seguintes atividades:

- Grupos Focais.
- Sessões de sensibilização.
- Visitas institucionais.
- Assembleias Participativas.

Na parte seguinte do **Manual** serão refletidos os passos tomados pela equipa técnica para a concretização do projeto:

- Criação de pontes: As parcerias criadas que resultaram no desenvolvimento de atividades articuladas com os parceiros.
- Criação de laços: caracterização do público-alvo. A caracterização do público-alvo é determinante para identificar quais as nacionalidades mais prevalentes nas áreas de intervenção e determinantes sociais e culturais que exigiram adaptações para melhorar a qualidade das atividades previstas.
- Atividades: Grupos focais, sessões de sensibilização, visitas institucionais e assembleias participativas.
- Recomendações de Políticas Públicas.

Conselho Local de Imigrantes e Parcerias

> *Direito inalienável, polo dinamizador de participação cívica e aprendizagem democrática, o associativismo constitui uma forma de cidadania ativa na prossecução de ideias e projetos em prol de uma causa comum*
>
> **ACM** – Alto Comissariado para as Migrações

Criação de Pontes: Articulação de Parcerias Formais

- As associações de imigrantes são espaços privilegiados de organização de pertenças culturais, comunitárias e de participação, nos quais as pessoas não são meras destinatárias, mas atores intervenientes na defesa dos seus direitos e na promoção de condições de bem-estar social.
- Envolvimento das organizações locais de intervenção no território, englobando os seus inputs, troca de conhecimentos e *"know-how"* com um domínio mais aprofundado sobre as necessidades sentidas pelas organizações do terreno e a população imigrante no território de intervenção.
- A criação com as organizações locais foram fundamentais na ajuda à mobilização de pessoas imigrantes, quer pela parceria com instituições com responsabilidades públicas em matérias relacionadas com as migrações, igualdade de género e direitos humanos, que proporcionaram um apoio crucial na substância técnica do projeto.

Perante o número crescente de pessoas de países terceiros que procuram a cidade de Lisboa na tentativa de estabelecer um novo futuro, existe um número alargado de organizações sociais[6] que trabalham junto destas diversas populações migratórias.

Já a nível institucional, a cidade de Lisboa conta com o CLAIM – Rede de Centros Locais de Apoio, o ACM – Alto Comissariado para as Migrações, o Plano de Integração promovido pela Câmara Municipal de Lisboa e o desenvolvimento de um número de ações locais promovidas por juntas de freguesia, cuja população imigrante tem vindo a aumentar em anos recentes, como a Junta Freguesia de Arroios e a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior.

A criação de parcerias por parte do projeto era imprescindível para garantir o sucesso das suas atividades. O primeiro ano foi essencial para a criação de sinergias com as organizações sociais de apoio a migrantes e levou, após várias reuniões exploratórias com diversas entidades, ao estabelecimento de um compromisso de trabalho conjunto ao longo dos próximos três anos. As reuniões com as organizações e entidades do terreno permitiram elencar os temas de maior predominância nas vidas das organizações e das populações imigrantes, priorizando os seguintes temas: **integração, habitação, emprego, legalização e saúde.** Contudo, mediante o desenvolvimento do projeto e os contributos das pessoas imigrantes ao longo dos grupos focais, os temas foram-se ajustando às necessidades partilhadas.

Atendendo aos objetivos e necessidades do projeto, e ao território de intervenção, foram formalizadas as seguintes parcerias:

- **The Lisbon Project** localizada em Penha de França[7];
- **NIALP – Nepalese Intercultural Association Lisbon**[8] situada no Bairro do Martim Moniz;
- **Associação GAT – Grupo de Ativistas em Tratamento**[9] que atua, entre outras localidades, na freguesia de Santa Maria Maior;

---

6 De acordo com o ACM – Alto Comissariado para as Migrações existem 153 associações de imigrantes atualmente reconhecidas pelo ACM,I.P., por todo o país, dentre as quais 99 associações encontram-se ativas. Estas associações representam diferentes países de origem: Angola, Bangladesh, Brasil, Cabo Verde, China, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Índia, Moçambique, Moldávia, Nepal, Roménia, São Tomé e Principie, Senegal, Ucrânia, entre outros. Para conhecer melhor as associações de imigrantes em Portugal por favor consulte: https://www.acm.gov.pt/pt/-/o-que-sao-as-associacoes-de-imigrantes-e-o-que-fazem-

7 Para mais informações acerca da Associação Lisbon Project aceda a: https://www.lisbonproject.org/

8 Para mais informações acerca da Associação NIALP aceda a: https://www.nialp.pt/

9 Para mais informações acerca do GAT aceda a: https://www.gatportugal.org/

- **CEPAC – Centro Padre Alves Correia**[10] localizada na freguesia da Estrela;
- **Casa do Brasil de Lisboa**[11] na freguesia da Misericórdia;
- **Renovar a Mouraria**[12], localizada no bairro da Mouraria.
- **CRESCER | Associação de Intervenção Comunitária localizada**[13] na Quinta do Cabrinha na freguesia de Alcântara.

Relativamente às parcerias institucionais foi imprescindível ao projeto contar com o **ACM – Alto Comissariado para as Migrações**[14], cujo objetivo de parceria foi; a. divulgação do projeto durante, e após, os resultados da sua execução; b. participação e contributo nas sessões de grupos focais e assembleias participativas; c. disponibilização por parte do parceiro de salas de formação e auditórios e; d. apoio do ACM na fase final do manual de recomendações, na análise e no posterior feedback da mesma, centrando-se nos problemas e nas necessidades de melhoria das respostas sociais e a integração a inclusão social dos imigrantes.

A **OIM – Organização Internacional para as Migrações**[15] também se configura como parceiro neste projeto. Foi estabelecida a parceria, através de apoio em sessões de capacitação para públicos estratégicos, disponibilização de materiais e publicações editados pela OIM e divulgação do projeto através dos canais de comunicação da OIM durante e após os resultados da sua execução.

A **CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género**[16] devido à sua forte ligação à área da igualdade de género para a promoção da participação cívica de mulheres imigrantes contribuiu com; a) no apoio na validação técnica do manual de recomendações e auscultação das eventuais propostas que nele venham a constar no que concerne a questões de género passiveis de influenciar as políticas públicas em matéria de igualdade de género e não discriminação; b) apoio na validação técnica de conteúdos formativos relacionados com as questões de género e disponibilização de contactos inscritos na bolsa de formadores/as externos/as elaboradas pela CIG; c) disponibilização de materiais e publicações editados pela CIG; d) divulgação do projeto através dos canais de comunicação da CIG.

Uma vez que as parcerias do projeto não são estanques, participaram ainda outras organizações sociais tais como a Fundação Cidade Lisboa, a Porta Aberta - Agência de Empregabilidade e os Médicos do Mundo, o poder local através da participação da Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Arroios e investigadores académicos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-ULisboa) e da FCSH Universidade Nova de Lisboa e CICS NOVA, ISCTE / Universidade de Lisboa e a ARS | LVT - Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.

Paralelamente, a equipa do projeto saiu à rua para os locais da cidade de Lisboa com maior expressão migrante para divulgar o projeto, uma vez que para existir desenvolvimento comunitário, a comunidade tem que estar presente. Nestas visitas, o projeto foi difundido e foram entregues materiais de informação e contato. Uma vez que o projeto propôs a criação de um grupo que formasse o Conselho Local de Imigrantes, foi necessário chegar a esta população através das organizações sociais e de informação boca a boca. Mediante este processo de divulgação foram integrados sete imigrantes dedicados à identificação, debate e resolução dos maiores desafios enfrentados pelas suas comunidades e a participação social que resultou num processo participativo, cujo objetivo final foi trabalhar conjuntamente para melhorar a integração de cidadãos de países terceiros na cidade de Lisboa.

A criação de parcerias estratégicas como um primeiro passo foi fundamental para aprofundar o conhecimento acerca da situação social dos imigrantes na cidade de Lisboa. O projeto pretendeu desde os seus primórdios identificar os desafios enfrentados pela população migrante. Através de uma lógica *bottom-up* e a criação de espaços participativos para a partilha de expetativas, experiências e desafios apresentados pelos participantes articulado com atores do terreno e do poder local levou a que fosse possível ser criada uma articulação entre os stakeholders envolvidos ao longo do processo.

10 Para mais informações acerca do CEPAC aceda a: https://www.cepac.pt/inicio.php

11 Para mais informações acerca da Casa do Brasil aceda a: https://casadobrasildelisboa.pt/

12 Para mais informações acerca da Renovar a Mouraria aceda a: https://renovaramouraria.pt/pt/

13 Para mais informações acerca da CRESCER aceda a: https://www.facebook.com/crescer.org/?locale=pt_PT

14 Para mais informações aceda a: https://www.acm.gov.pt/pt/acm

15 Para mais informações aceda a: https://portugal.iom.int/pt-pt

16 Para mais informações aceda a: https://www.cig.gov.pt/

Folheto de projeto distribuído pela equipa técnica[17]

Criação de Laços Comunitários – Participação da População Imigrante

Não existe desenvolvimento comunitário sem a comunidade. Mobilizar e incluir nos processos participativos e de tomada de decisão é essencial para garantir medidas mais adequadas à população-alvo à qual são direcionadas.

Caracterização do Público-Alvo – Quem pode integrar o Conselho Local de Imigrantes?

A cidade de Lisboa está cada vez mais cosmopolita e conta com pessoas de várias origens. A maior parte da população estrangeira é de nacionalidade de países terceiros, contudo a Cidade de Lisboa conta ainda com um número alargado de estrangeiros de países europeus. De acordo com o Observatório das Migrações (2023), a maior parte dos estrangeiros de nacionalidade de países terceiros são jovens e em idade ativa. Este dado cria um contraste com os estrangeiros provenientes de países europeus que na sua maioria já são pessoas reformadas.

> *A Inclusão é o sentimento de uma pessoa se sentir em casa e que pertence aquele lugar*
>
> Conselho Local de Imigrantes

Uma vez que estava previsto atuar nos bairros de intervenção prioritária, os participantes seriam inicialmente residentes nas freguesias do Centro Histórico Ocidental de Lisboa: Graça/Sapadores/Alto da Eira/Alfama/Mouraria/ Quinta do Lavrado/Horizonte/São Paulo/ Possidónio da Silva/ Pampulha/ Castelo/ Quinta do Ferro/ Casalinho da Ajuda/ 2 de Maio/ Cascalheira / Alvito Velho / Rio Seco / Quinta do Cabrinha / Loureiro / Avenida de Ceuta.

Apesar do projeto inicialmente estar direcionado para os bairros de intervenção prioritária, contudo devido aos desafios causados pela pandemia da Covid-19, o território de intervenção foi alargado a toda a cidade de Lisboa. Os desafios da pandemia refletiram-se nos projetos de intervenção direta, sobretudo junto das comunidades mais vulneráveis como a dos imigrantes, que no momento em que o projeto estava em busca de participantes, um número alargado de pessoas imigrantes não tinha acesso a computadores e/ou internet, resultando na não aplicação do uso de ferramentas online.

Ainda que exista uma diversidade de imigrantes mais ampla na Cidade de Lisboa, as parcerias ativas do projeto resultaram em que a maior parte dos participantes de forma transversal fossem originários de países do Sul da Ásia, nomeadamente do Bangladesh, India, Nepal e Paquistão. Nos grupos focais e sessões de sensibilização contamos ainda com participantes dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP). As línguas predominantes dos participantes são o inglês, português, hindi, urdu, bengali, crioulo e nepalês.

A maior parte dos participantes são jovens, em idade ativa e com um nível de estudos elevado e estão em Portugal entre um e três anos. Os participantes com variações de idade e um nível de estudos mais baixo eram na sua maioria originários do continente africano[18].

A caracterização dos imigrantes participantes é particularmente relevante neste projeto. Por um lado, os nossos gru-

17 O folheto do projeto foi criado pela **Impressão Digital – Lisboa – Gráfica Digital ARP (2021) / https://www.graficadigitalarp.pt**

18 Porém, relembramos que os participantes no projeto são apenas uma pequena amostra do número total de pessoas imigrantes na Cidade de Lisboa e que estas características são transversais a todas as nacionalidades.

pos focais foram participados por uma maior variedade de nacionalidades, contudo ao longo do projeto as nacionalidades presentes tornaram-se cada vez mais homogéneas, especialmente na participação das **Assembleias Participativas.** Consideramos que este fator se deve ao número de organizações presentes localizados nas freguesias de Arroios e da Mouraria, que contam com um número elevado de utentes dos países do Sul da Ásia.

Durante o período de implementação do projeto os participantes foram dando o feedback de que o projeto se devia debruçar sobre questões mais práticas que afetam diretamente a vida dos imigrantes. Exemplos destas sugestões foram: como procurar emprego; como obter o número de SNS; respostas sociais imediatas no âmbito da alimentação e alojamento, aprendizagem da língua portuguesa, entre outros.

Contamos com o apoio dos voluntários do projeto, agentes ativos nas suas comunidades, para a recolha de informações relativas às necessidades gerais da população imigrante. Esta recolha permitiu realizar o diagnóstico social de forma mais aprofundada e reestruturar o projeto consoante a realidade existente nos territórios de intervenção.

A presença no terreno da equipa técnica também se revelou de extrema importância para a criação de laços de confiança e afetividade com os participantes. Esta presença foi sempre no sentido de estimular a participação, mas também de ter um grupo multicultural com qual co construímos o projeto ao criar espaços para os seus contributos, essenciais para a criação deste manual.

Grupos Focais – Identificação de Temas Prioritários para as Pessoas Imigrantes na Cidade de Lisboa

Um **grupo focal** de Imigrantes envolve a realização de uma discussão em grupo com participantes que compartilham uma característica comum: neste caso, serem imigrantes. Os grupos focais foram fundamentais à construção do projeto por discutirem e refletirem sobre um tema em específico. Esta abordagem da experiência de imigração leva a uma compreensão mais valiosa das experiências, desafios, necessidades e perspetivas das pessoas imigrantes com uma variedade de questões, como a integração na sociedade anfitriã, acesso a serviços públicos, entre outros.

Realizaram-se oito grupos focais entre 2022 e 2023, onde foram identificados os seguintes temas enquanto desafios e vulnerabilidades à integração e bem-estar das comunidades migrantes; Acesso à Habitação; Acesso à Saúde; Acesso à Educação e Reconhecimento de Diplomas; Procedimentos Burocráticos; Acesso a Emprego; Conhecimento de Direitos e Deveres; Aprendizagem da Língua Portuguesa e Integração na Comunidade.

Para conduzir os grupos focais foram seguidas as seguintes etapas:

1. **Definir um objetivo.** O projeto tendo esta característica de envolvimento participativo, foi fundamental realizar grupos focais iniciais que predeterminassem os temas prioritários para a população imigrante.

2. **Participantes.** O único critério implementado era que o participante tivesse uma experiência de imigração em Portugal. No caso específico do projeto, os grupos focais foram inicialmente compostos por pessoas imigrantes, que tiveram conhecimento do projeto através das parcerias com organizações de imigrantes ou da campanha de rua. O primeiro grupo focal resultou na criação de um grupo de *Whatsapp* misto e mais tarde um só de mulheres. Assim, os imigrantes eram adicionados aos grupos e tornaram-se subsequentemente em participantes dos grupos focais.

3. **Preparar o roteiro.** A equipa do projeto preparava uma lista de questões abertas para encorajar os participantes a partilharem a suas experiências e opiniões. É de notar que existem temas, (como podemos apreciar no descritivo dos grupos focais que são mais sensíveis), neste caso encorajamos grupos focais com participantes de um só género. Um exemplo é o tema da saúde reprodutiva da mulher, que pode criar sentimentos de insegurança e desconforto se discutido num ambiente misto.

4. **Conduzir o grupo focal.** É importante criar um ambiente seguro e acolhedor para que os participantes se sintam à vontade para compartilhar suas opiniões.

5. **Registar as discussões.** Todas as sessões contaram com folhas de presença, evidências fotográficas e gravações/anotações detalhadas das conversas para análise posterior.

6. **Analisar os temas.** Sendo os grupos focais uma fonte para o conhecimento dos temas prioritários da população imigrante, é fundamental examinar as informações coletadas. Daqui retiraram-se padrões, temas e acontecimentos relevantes.

7. **Elaborar um relatório.** Os resultados dos grupos focais serviram de base para a concretização das ações de sensibilização, visitas institucionais e assembleias participativas.

A equipa técnica do projeto teve em consideração os seguintes fatores na realização dos grupos focais; A. **Barreiras linguísticas:** apesar do projeto estar inicialmente previsto para ser realizado na língua portuguesa, as parcerias e os grupos focais demonstraram a necessidade de realizar todas as atividades em português e inglês. Existindo sempre a disponibilidade de haver tradução para a língua portuguesa e inglesa. B. Ter em consideração as **Sensibilidades Culturais** das pessoas imigrantes. Por exemplo, o projeto contou com uma participação alargada de imigrantes do Sul da Ásia, na sua maioria Muçulmanos, que nos levou a ter em consideração o período do Ramadão, horários e práticas alimentares. Isto inclui não comer carne de porco ou produtos alimentares à base de carne de porco, noutros casos os alimentos podem ter de ser *Halal*[19] (no caso de pessoas de fé muçulmana). Isto também pode ser aplicado a alimentos de outros grupos religiosos e culturais, como os alimentos que são *Kosher*[20] (para as pessoas de fé judaica) ou vegetarianos (para as pessoas de fé hindu ou sikh). **C.** A importância de **respeitar as experiências** vividas de cada participante; e **D.** É fundamental o **consentimento informado** dos participantes e **garantir a confidencialidade** das informações partilhadas durante o grupo focal.

As seguintes tabelas percorrem os grupos focais efetuados durante a duração do projeto;

19 "Halal" é um termo árabe que significa "permissível" ou "lícito" no Islão. Refere-se a tudo o que é permitido ou autorizado de acordo com a lei islâmica (Shariah). Este termo é frequentemente utilizado para descrever alimentos e bebidas que são preparados e consumidos de acordo com as diretrizes dietéticas islâmicas.

20 *"Kosher"* é um termo utilizado no judaísmo para descrever alimentos e bebidas que estão em conformidade com as leis dietéticas estabelecidas na Torah (a referência central da tradição religiosa judaica). Estas leis são conhecidas como "kashrut".

Tabela 1 – Grupos Focais realizados durante a implementação do projeto Conselho Local de Imigrantes

Grupo Focal	Tema	Resultados Principais
Grupo Focal / Outubro 2021	Apresentação do projeto "Conselho Local de Imigrantes"	O primeiro grupo focal decorreu com a participação de 15 pessoas de nacionalidade indiana, síria, portuguesa, bangladeshi, guineense e são-tomense em parceria com a a Associação Portugal Multicultural Activity, Renovar a Mouraria e a Lisbon Project. Teve o objetivo de dar a conhecer os objetivos do projeto, as atividades, os parceiros locais e institucionais, áreas temáticas a trabalhar e o papel a desempenhar pelos voluntários durante o projeto e a importância dos voluntários na elaboração de propostas de recomendações de políticas públicas, organização de atividades e participação das mesmas. Esta conversa permitiu gerar expetativas do projeto, discutir possíveis temas, metodologias e alternativas de dinamização de atividades e de como tornar estas mais apelativas aos imigrantes e que pudessem ir ao encontro das problemáticas que afetam as suas vidas. Os participantes da sessão foram adicionados ao grupo do *Whatsapp* do projeto para facilitar a comunicação, dar a conhecer as atividades do projeto e partilhar informações de uma forma mais rápida e mais dinâmica.
Grupo Focal de Mulheres / Janeiro 2022	Acesso ao emprego, o sistema nacional de saúde, a educação, a habitação, segurança social e o SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	Este grupo focal contou com a presença de 10 mulheres, de nacionalidades portuguesa, brasileira, angolana, italiana, nepalesa e libanesa. As participantes partilharam as suas experiências acerca dos temas destacados, colocar questões e propor ações de participação cívica a serem replicadas nas suas comunidades.
Grupo Focal de Mulheres / Fevereiro 2022	Acesso à Saúde - Mulheres Imigrantes	Este grupo focal contou com a presença de 8 mulheres, de nacionalidades portuguesa, brasileira, nepalesa, bangladeshi, angolana e guineense. As mulheres neste grupo focaram-se nas dificuldades experienciadas com o serviço nacional de saúde, nomeadamente; maior facilidade de acesso e obtenção do número SNS; maior facilidade no acesso a marcação de consultas; melhoria no acesso à saúde; diminuição das práticas de discriminação que os imigrantes sofrem quando acedem ao SNS como assédio físico, moral e verbal; maior sensibilidade dos profissionais de saúde relativamente à comunidade imigrante LGBTQIA+; consultas na área da saúde mental; maior apoio a mulheres imigrantes durante o período de gravidez e pós-parto.
Grupo Focal Misto / Fevereiro 2022	Como seria o Portugal ideal para os Imigrantes em 2037?	Este grupo focal contou com a presença de 7 mulheres, de nacionalidades portuguesa, brasileira, sirio e bangladeshi. A questão "como seria o Portugal ideal para os Imigrantes em 2037?" foi colocada para os participantes fazerem um *brainstorming* sobre como seria um país de acolhimento ideal e tendo surgido as seguintes propostas; aumento da remuneração salarial; desenvolvimento de outras regiões e cidades do país de forma a descentralizar o fluxo migratório; mais e melhores oportunidades de emprego que tenham em conta as qualificações profissionais e académicas dos imigrantes; novas gerações de imigrantes que vejam Portugal como um país de destino e não de transição; reconhecimento das qualificações profissionais e literárias dos imigrantes; um melhor processo de integração aquando da sua chegada ao país (mais informação disponível, mais apoio por parte das entidades responsáveis); maior participação cívica e política dos imigrantes; mais atividades culturais que aproximem diferentes culturas e tradições; maiores apoios sociais; maior apoio do SNS; acesso à educação menos burocrático; melhores pensões de reforma. Melhores condições laborais e menos atos de exploração para com os imigrantes; maior acesso à aprendizagem da língua portuguesa; condições de habitação mais dignas; reconhecimento do trabalho doméstico no Código de Trabalho; menor burocracia no acesso a serviços públicos; maior apoio a imigrantes recém-chegados ao país.
Grupo Focal de Mulheres / Maio 2022	Planeamento de atividades do projeto	Este grupo contou com a participação de 7 mulheres imigrantes, de nacionalidades portuguesa, brasileira, nepalesa, guineense e cabo-verdiana. Este grupo focal serviu para delinear as assembleias participativas; sessões de capacitação e sensibilização; visitas institucionais; piquenique com trajes tradicionais; ações sociais para mulheres.
Grupo Focal Misto / Setembro 2022	Migração e Saúde	Este grupo contou com a participação de 7 migrantes de nacionalidades bangladeshi, nigeriana, ucraniana, egípcia, brasileira e cabo-verdiana. Procurou-se auscultar da população migrante constrangimentos no acesso aos cuidados de saúde na cidade de Lisboa e integrar as suas sugestões de melhoria.

Tabela 2 – Grupos Focais realizados junto dos participantes do Conselho Local de Imigrantes

O Conselho Local de Imigrantes é composto por sete participantes imigrantes de nacionalidades bangladeshi, nigeriano, sri lanka e guineense

Grupo Focal	Tema	Resultados Principais
Conselho Local de Imigrantes / Novembro 2022	Habitação	Este grupo focal foi o primeiro de seis grupos focais a ser realizado para a análise de recomendações de políticas públicas que constroem este manual. Focada no tema de habitação, esta sessão refletiu acerca da assembleia participativa da habitação que decorreu em outubro de 2022 e analisou as recomendações elaboradas para o melhoramento de habitação para a população migrante. As recomendações finais estão disponíveis na secção Recomendações de Políticas Públicas.
Conselho Local de Imigrantes / Fevereiro 2023	Empregabilidade	A segunda reunião junto dos conselheiros incidiu sobre o tema da empregabilidade e as maiores dificuldades sentidas pelas comunidades imigrantes. Foram identificados os seguintes desafios: 1. A dificuldade em aceder a um trabalho qualificado. 2. Os baixos salários oferecidos. 3. Horários longos que na maior parte das vezes não são compensados. 4. As barreiras linguísticas existentes. 5. O sentimento de que os imigrantes de países terceiros não são tão aptos para desempenhar as mesmas funções que um trabalhador português. 6. A dificuldade em reconhecer as qualificações das pessoas imigrantes. 7. A falta de articulação com as ordens, em particular na área da saúde. 8. Os imigrantes sentem que deveria existir uma base de dados que pudesse ligar os imigrantes a empregos qualificados nas suas áreas. 9. Discriminação e xenofobia enfrentada devido a nacionalidade, ascendência, religião etc., Esta reunião foi particularmente importante para a construção da segunda assembleia participativa. 10. A inacessibilidade às formações do IEFP por parte daqueles que não têm as suas qualificações reconhecidas.
Conselho Local de Imigrantes / Março 2023	Integração	A terceira sessão com os conselheiros do projeto focou a sua integração deles em Portugal. Foram impressas várias palavras associadas com o sentimento de uma pessoa se sentir integrada numa comunidade e os conselheiros tiveram que escolher três das vinte expostas. Para os conselheiros a integração existe quando nos sentimos em casa. Os conselheiros escolherem os seguintes adjetivos como prioritárias na integração: Integração social e cultural, direito a serviços básicos como habitação, transporte, saúde e educação, proteção laboral, igualdade de oportunidade no mercado de trabalho, diálogo e comunicação / acesso à cultura portuguesa, comunidade – o sentimento de pertença a uma comunidade e que criaste laços de amizade dentro dessa própria comunidade, emprego que permita sobreviver, garantia de educação para a segunda e terceira geração, segurança do país. Relacionamentos, pertença e aceitação. Conhecimento cultural e político sobre aquilo que se passa em Portugal. Educação para aprender o português e aprender os comportamentos sociais em Portugal. Aceitação e limites – "os meus limites não são os limites de outra pessoa". Entender linguagem corporal das pessoas do país em que se habita.
Conselho Local de Imigrantes / Maio	Saúde	O quarto grupo focal que se realizou junto dos conselheiros incidiu sobre o âmbito da saúde e que pode ser dividido em duas esferas. O primeiro relaciona-se com as dificuldades de acesso ao Serviço Nacional de Saúde transversais a população, como a falta de acesso a médicos geral e familiar nos cuidados primários de saúde, o tempo de espera por consultas e o tempo de espera no serviço de urgência. Contudo, existem divergências com qual os profissionais de saúde ainda não estão familiarizados e desconhecimento em práticas relacionadas com costumes culturais ou religiosos das pessoas imigrantes e até próprias doenças que afetam mais ou de forma diferente pessoas sul asiáticas ou negras do que pessoas caucasianas. Para mitigar o afastamento que existe num setor tão importante como o da saúde, onde a capacidade de comunicar afeta como a pessoa é avaliada, os conselheiros avisam para a necessidade de criar o papel de mediador intercultural nos espaços de saúde para prestar apoio nas consultas. Esta sessão olhou ainda para as questões da saúde mental da população imigrante, a necessidade de existirem consultas de psicologia/psiquiatria com uma abordagem etnopsicológica tornou-se evidente, uma vez que a nossa cultura, religião e até o nosso próprio idioma influenciam como as pessoas vivem momentos de mau e bem-estar.

Grupo Focal	Tema	Resultados Principais
Conselho Local de Imigrantes / Junho	Experiências de Imigração / Storytelling e Estereótipos de Imigrantes	A quinta reunião focou sobre a partilha da experiência de imigração para Portugal de cada conselheiro. O objetivo era focar na viagem, nos desafios e nos desejos para o futuro em Portugal. Cada conselheiro escreveu a sua história e mediante a sua autorização algumas foram partilhadas durante a Assembleia Participativa que decorreu no âmbito da Integração da Pessoa Migrante. Os conselheiros foram ainda incentivados a partilharem estereótipos que sofreram aqui. Os estereótipos focavam-se na religião, atividades ligadas a grupos terroristas, o uso de termos pejorativos para se referirem a pessoas de determinada zona geográfica. Muitas vezes existem preconceitos raciais contra as capacidades de pessoas negras que resulta em atos de racismo e desigualdade de oportunidades. Para combater preconceitos e dar a conhecer as diversas culturas, os participantes propõem continuar a promover eventos gastronómicos, dança e outras comemorações tradicionais.
Conselho de Imigrantes / Julho	Resumo dos temas discutidos e revisão da recomendação de políticas públicas propostas	Na última reunião de projeto com os conselheiros foi feita uma revisão dos temas percorridos e das recomendações de políticas públicas

Atividades

As atividades desenvolvidas procuraram envolver a participação de imigrantes em situação de vulnerabilidade social. Esta vulnerabilidade pode surgir a vários níveis, não se restringindo meramente à capacidade económica e financeira, como identificado pelos temas eleitos como desafios pelos próprios imigrantes. Mediante a identificação dos desafios prioritários sentidos foi possível responder através de ações que promovessem o desenvolvimento de competências pessoais que fortalecessem a capacidade de integração e fomentassem a reflexão sobre o processo de integração. Mediante a criação de espaços seguros, foi possível a partilha de trajetórias de vidas e discussões críticas e construtivas sobre as necessidades dos cidadãos que escolhem Portugal como país destino.

Sessões de Capacitação, de informação e Sensibilização

Ao longo do projeto foram realizadas 19 sessões cujo objetivo central era capacitar, informar e sensibilizar a população-alvo para temas considerados prioritários no espetro global da vida dos imigrantes em Portugal.

Tabela 3 – Sessões de Capacitação, Informativas e de Sensibilização realizadas em 2021

Sessão	Objetivo Primordial
Trabalho Digno para o Trabalho Doméstico / Julho 2021	Esta ação de sensibilização contou com a presença de 11 participantes, de nacionalidade angolana, cabo-verdiana, são-tomense, guineense e portuguesa e decorreu em parceria com o CEPAC – Centro Padre Alves Correia e a OIT - Organização Internacional do Trabalho com o objetivo de sensibilizar a população migrante para os seus direitos laborais no âmbito do trabalho doméstico, uma vez que este tipo de trabalho é maioritariamente realizado por mulheres imigrantes em Portugal, com pouco acesso ao conhecimento dos direitos existentes. Esta sessão contou ainda com a apresentação do relatório da OIT no âmbito do trabalho doméstico. Durante e após a sessão, os participantes tiveram a oportunidade de relatar as suas experiências, colocar questões práticas relativas ao trabalho que desempenham e, aprofundar os conhecimentos sobre formas de se defenderem de exploração e irregularidades laborais no caso de violação no setor doméstico.
Acesso dos Migrantes à Saúde / Outubro 2021	A sessão reuniu 34 participantes de nacionalidade angolana, guineense, são-tomense, portuguesa e holandesa. Em parceria com o CEPAC e o ACM foram abordados os temas de; Acesso à Saúde por imigrantes em situação irregular; procedimento para atribuição de número de utente do SNS; procedimentos no acompanhamento de imigrantes em situação irregular nos cuidados de saúde; doenças crónicas; como e onde denunciar situações de recusa de atendimento; pagamento de atos médicos; taxas moderadoras e direitos e procedimentos para a isenção; procedimento para a inscrição nos cuidados de saúde primários e acompanhamento (atribuição ou não de MGF e outros profissionais de saúde) e; a desconstrução de mitos e crenças no acesso à saúde em Portugal. Houve ainda um momento para a partilha e colocação de questões por parte dos participantes.
Acesso dos Migrantes à Saúde / Outubro 2021	A sessão reuniu 15 participantes de nacionalidade brasileira, alemã, portuguesa, inglesa, angolana, indiana, eritreia, etíope e bangladeshi. Decorreu em parceria com a associação Lisbon Project e a OIM- Organização Internacional para as Migrações. Para preencher as lacunas das barreiras linguísticas a sessão foi realizada na língua inglesa e teve como objetivo apresentar o projeto "Fostering Integration by Addressing Health Equity – Phase II" (2021 – 2022) da OIM, compartilhar experiências com os participantes e discutir as principais barreiras no acesso aos serviços de saúde em Portugal.
Lei de Imigração / Novembro 2021	Esta ação informativa reuniu 13 participantes de nacionalidade gambiana, brasileira, britânica, síria, líbia, alemã, bangladeshi, nigeriana, angolana e iraniana e decorreu em parceria com a associação Lisbon Project e o ACM, que disponibilizou um técnico do gabinete jurídico para informar os participantes presentes acerca das condições de regularização de permanência em território português; questões sobre como iniciar um pedido de autorização de residência; como realizar uma manifestação de interesse; como responder às diferentes partes do processo de asilo, incluindo a recusa do estatuto de refugiado; como requerer a um reagrupamento familiar; e como candidatar a uma autorização de residência de longa duração. Esta sessão foi realizada na língua inglesa.

Tabela 4 – Sessões de Capacitação, Informativas e de Sensibilização realizadas em 2022

Sessão	Objetivo Primordial
Discriminação no local de trabalho, assédio e proteção na parentalidade / Março 2023	Esta sessão informativa reuniu 12 participantes de nacionalidade bangladeshi, portuguesa e nepalêsa. Decorreu em parceria com a LICA – Lisbon International Cultural Association e a CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego e foram averiguados os temas de: os direitos na parentalidade; a legislação vigente no âmbito do direito do trabalho; apoios da segurança social; mecanismos legais para a denúncia de situações de discriminação no local de trabalho e abusos laborais.
World Dinner Party / Abril 2022	Esta atividade cultural decorreu em parceria com a associação Lisbon Project, a associação CRESCER e o ACM e estiveram representados nesta festa intercultural 16 nacionalidades dos 5 continentes. O evento teve como objetivo promover e celebrar diferentes culturas em Lisboa, através da partilha de pratos tradicionais dos países de origem dos participantes do projeto, sendo os próprios participantes a confecionar alguns destes pratos e sobremesas. Para além da partilha gastronómica, o evento reuniu danças, músicas e jogos tradicionais.
Comunicação e Liderança / Abril 2022	Esta sessão reuniu seis participantes e foi realizada em parceria com a CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, e incidiu sobre temas ligados à comunicação e liderança como: técnicas para falar em público; técnicas de discurso efetivo e; formas de liderança positiva para a comunidade.
Lei de Imigração / Abril 2022	Esta sessão de informação reuniu 24 participantes e decorreu em parceria com o CEPAC e o ACM. Os conteúdos decorreram à semelhança da sessão de novembro de 2021. Uma vez que a população era predominantemente PALOP esta sessão decorreu na língua portuguesa.
Trabalho Doméstico: Direitos e Deveres / Maio 2022	Esta sessão informativa reuniu 24 participantes de nacionalidade guineense, angolana e são-tomense. Decorreu em parceria com o CEPAC e o DINAMIA'CET - Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território. A abordagem ao tema incidiu sobre a definição do que é o trabalho doméstico, quais os direitos e deveres de quem trabalha neste setor e o que consta na legislação. Os participantes tiveram ainda a oportunidade colocar questões e duvidas.
Saúde da Mulher / Junho 2022	Esta sessão reuniu 16 participantes de nacionalidade guineense, cabo-verdiana, são-tomense, gambiana e síria. Esta sessão realizou-se com a parceria do CEPAC e a ASSDCV - Associação de Saúde e Solidariedade da Diáspora Cabo-Verdiana tendo sido abordados aspetos históricos e culturais, anatomia e desenvolvimento físico da mulher, a higiene íntima, planeamento familiar, vulvovaginites e infeções urinárias e infeções sexualmente transmissíveis.
Como construir uma Assembleia Participativa / Outubro 2022	As assembleias participativas estavam previstas como um dos momentos principais para a apresentação dos temas prioritários que afetam a população imigrante junto de diversos agentes públicos, policy-makers e OSC, mas mais importante, era um momento em que imigrantes podiam dialogar abertamente para propor soluções a serem transformadas em recomendações de políticas públicas.

Corpo da Mulher

World Dinner Party
Conselho Local de Imigrantes
08 de abril 2022
19h30
Local: Lisbon Project
R. Carvalho Araújo 66 B, 1900-140 Lisboa
Vem e partilha connosco
um prato típico do teu país!
Jantar | Música | Dança | Jogos
Inscrições: projetodlbc@eapn.pt
Promotor:
Parceiros:
EAPN
ACM
lisbon project
CRES CER
Lisb@20^20
PORTUGAL 2020

Com:
Nuno Manuel Dias
Investigador DINÂMIA'CET:
Centro de Estudos sobre a Mudança
Socioeconómica e o Território
Conselho Local de Imigrantes
Sessão de Capacitação
"Trabalho Doméstico: Direitos e Deveres"
06 de maio de 2022, 10h
Local: CEPAC – Centro Padre Alves Correia
R. de Santo Amaro nº 43, 1200-801, Lisboa
Freguesia da Estrela
Promotor:
Parceiros:
Cofinanciador:
EAPN
CEPAC
dinamia 'cet
iscte
Lisb@20^20
PORTUGAL 2020

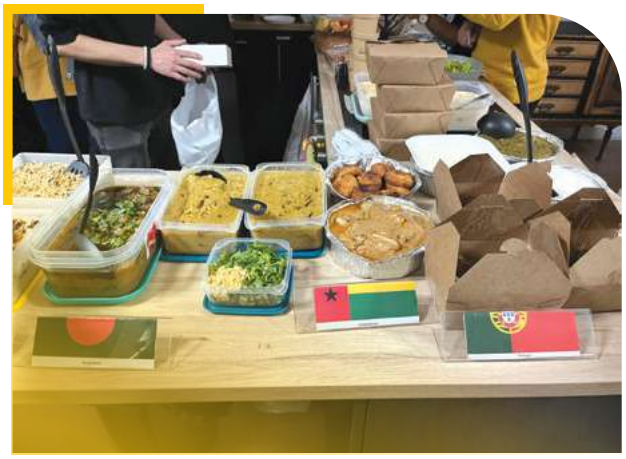


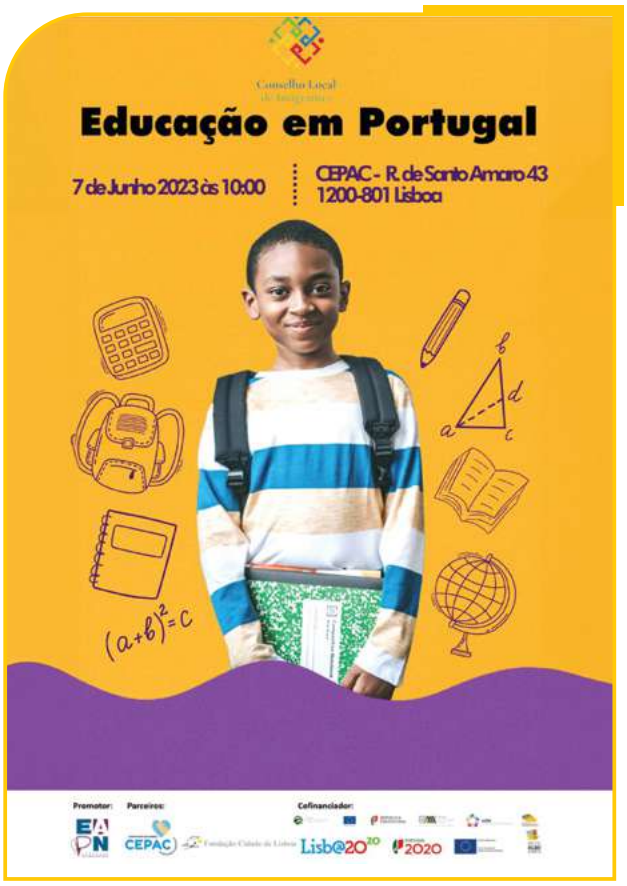
Tabela 5 – Sessões de Capacitação, de informação e de Sensibilização realizadas em 2023

Sessão	Objetivo Primordial
Reconhecimento de Qualificações Superiores Estrangeiras/ Fevereiro 2023	Esta sessão reuniu 21 pessoas imigrantes e decorreu em parceria com a DGES - Direção Geral de Educação Superior. A sessão teve como objetivo explicar os passos necessários para proceder ao reconhecimento das qualificações de ensino superior da pessoa imigrante. Houve ainda oportunidade para os participantes colocarem questões. Para obter mais informações sobre este processo pode recorrer a: https://www.dges.gov.pt/pt/pagina/reconhecimento (disponível também em inglês). A sessão decorreu em inglês.
Contratos ou Recibos Verdes? Direitos e Deveres Laborais / Fevereiro 2023	Esta sessão de esclarecimento decorreu no CEPAC – Centro Padre Alves Correia em parceria com a ACT – Autoridade para as Condições de Trabalho. A sessão contou com a participação de 40 pessoas imigrantes, na sua maioria mulheres. Nesta sessão é importante realçar dois pontos importantes: A maior parte dos participantes eram mulheres africanas, cuja maioria trabalha como empregada doméstica. O segundo passa pela questão da linguagem técnica jurídica utilizada. Com as alterações ao Código do Trabalho torna-se cada vez mais necessário alargar o conhecimento dos direitos destes cidadãos. Contudo, este conhecimento é dificultado quando a linguagem disponível é inacessível. A sessão decorreu em português com tradução para inglês disponível.
Barreiras e Acesso aos Cuidados de Saúde para Imigrantes em Portugal / Março 2023	A sessão de esclarecimento decorreu no CEPAC – Centro Padre Alves Correia em parceria com o GAT – Grupo de Ativistas em Tratamento e contou com a presença de três pessoas imigrantes. O objetivo desta sessão era esclarecer dúvidas ligadas ao acesso aos cuidados de saúde primários e hospitalares e sobre o acesso à linha de saúde 24. Apresentou-se ainda informação sobre o VIH - Vírus do Imunodeficiência Humana e outras doenças sexualmente transmissíveis e a possibilidade de realizar um teste gratuito. Havia ainda preservativos disponíveis. Para esta sessão foram recolhidas perguntas, colocamos uma caixa no CEPAC, onde as pessoas podiam submeter as suas questões e dúvidas de forma anónima. As perguntas foram relacionadas com dúvidas sobre como aceder ao número de utente, mas também dúvidas sobre o acesso aos serviços de saúde no caso de se ser um imigrante sem documentos. Esta sessão decorreu em português.
Documentário "Lisboetas" (2004) / Abril 2023	No mês de Abril decorreu a Semana da Interculturalidade promovida pela EAPN Portugal. Junto do Núcleo Distrital de Lisboa, o projeto Conselho Local de Imigrantes participou em dois eventos. O primeiro evento decorreu em parceria com o Mestrado em Migrações, Inter-Etnicidades e Transnacionalismo da FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. O documentário "Lisboetas"[21] (2004) de Sérgio Tréfaut foi transmitido junto de alunos e professores para debater as questões relacionadas com as migrações no início do século e fazer uma comparação com a situação atual. O que mudou? O que permaneceu igual? Qual a realidade enfrentada pelos imigrantes em Portugal, em particular na cidade de Lisboa?
Sessão Aberta - Experiências sobre Imigração / Abril 2023	A segunda atividade a decorrer na Semana da Interculturalidade em parceria com o projeto Conselho Local de Imigrantes decorreu no Lisbon Project. Esta sessão juntou pessoas imigrantes e refugiados com membros da PSP - Polícia de Segurança Pública. O objetivo desta sessão foi criar um espaço seguro onde as pessoas imigrantes pudessem partilhar as suas histórias e também os seus receios e experiências com a PSP. Este evento foi um momento-chave, abrindo a possibilidade de diálogo para o combate a estigmas e preconceitos.
Educação em Portugal / Junho 2023	A sessão Educação em Portugal decorreu no CEPAC – Centro Padre Alves Correia em parceria com a Fundação Cidade Lisboa e o projeto Passaporte para a Cidadania[22] e contou com a presença de 14 pessoas imigrantes. Esta sessão teve como objetivo esclarecer dúvidas sobre o período das matrículas nas escolas, apoio financeiro, alimentação e aulas da língua portuguesa para alunos estrangeiros. É importante reforçar que existia um problema comum às famílias de Países Africanos de Língua Portuguesa que não conseguiam matricular as crianças fora do período comum. Durante a sessão foi ainda discutido a falta de acompanhamento disponível para as crianças com necessidades especiais ou de acompanhamento na fase da transição entre países.
Vem Construir um CV com o Conselho Local de Imigrantes / Setembro 2023	Esta sessão decorreu em parceria com o projeto Porta Aberta e o GAT – Grupo de Ativistas em tratamento junto dos utentes dos mesmos. O objetivo desta sessão era rever ou apoiar na criação dos CV's, dar dicas e sugestões, para adequar o currículo às oportunidades de emprego.

21 Para consultar o documentário "Lisboetas" aceda a: https://www.rtp.pt/programa/tv/p22093

22 Pode consultar o projeto Passaporte para a Cidadania em: https://www.fundacaocidadedelisboa.pt/pt/intervencao-iniciativas-projetos/projetos-em-curso/passaporte-para-a-cidadania/passaporte-para-a-cidadania-iii.html

Conselho Local de Imigrantes
SESSÃO DE CAPACITAÇÃO
Contratos ou Recibos Verdes? Direitos e Deveres Laborais
COM:
ACT - Autoridade Para as Condições do Trabalho
10 de Fevereiro | 10.00 - 12.00h
LOCAL: CEPAC - Centro Padre Alves Correia
Rua de Santo Amaro, Nº 43 | 1200 - 801 Lisboa
Promotor:
Parceiro:
Cofinanciador:
Lisb@20
2020


Educação em Portugal
7 de Junho 2023 às 10:00
CEPAC - R. de Santo Amaro 43
1200-801 Lisboa
Promotor:
Parceiros:
Cofinanciador:
CEPAC
Lisb@20
2020

Visitas Institucionais

As visitas institucionais decorreram como uma oportunidade de dar a conhecer aos participantes do projeto entidades públicas e espaços de tomada de decisão. Os imigrantes encontram-se por hábito alienados dos espaços públicos, em particular imigrantes que enfrentam barreiras linguísticas, e estas visitas proporcionaram momentos em que puderam conhecer de forma mais próxima as entidades públicas e políticas.

> *Obrigado à EAPN Portugal por organizar esta visita, que de resto será uma oportunidade irrepetível para muitos de nós. Foi um sentimento incrível fazer parte deste evento. Uma nova experiência para mim que nunca irei esquecer.*
>
> Imigrante Bagladeshi,
> Visita à Assembleia da República

Tabela 6 – Visitas institucionais realizadas entre 2021 – 2023

Visita Institucional	Objetivo Primordial
Assembleia da República / setembro 2022	A primeira visita institucional foi à Assembleia da República numa visita guiada ao Parlamento no âmbito das Jornadas do Património. Esta visita contou com a presença de 23 participantes de nacionalidade bangladeshi, paquistanesa, indiana, são-tomense, ucraniana, nigeriana e portuguesa. A visita decorreu a todos os espaços que compõem o Palácio de São Bento, houve ainda um momento de diálogo com duas deputadas nacionais do Partido Socialista para conhecer o funcionamento do Parlamento e o dia-a-dia de um deputado parlamentar em Portugal.
Organização Internacional para as Migrações - OIM / Março 2023	A visita à OIM - Organização Internacional para as Migrações permitiu os participantes conhecerem melhor o trabalho desenvolvido por esta agência da ONU, as medidas de apoio do qual dispõem, os projetos em curso e as estatísticas mais recentes sobre as migrações em Portugal.
Segurança Social / Novembro 2023	A visita à Segurança Social proporcionou aos imigrantes que participaram nesta atividade a oportunidade de conhecer mais a fundo os serviços disponibilizados pela entidade, e a que serviços se terão que dirigir mediante o apoio que procuram.
Instituto do Emprego e da Formação Profissional – IEFP / Novembro 2023	A visita ao Instituto do Emprego e da Formação Profissional – IEFP, seguiu uma lógica muito semelhante à visita à Segurança Social. Os participantes tiveram a oportunidades de conhecer os serviços oferecidos e a colocar questões e duvidas que pudessem ter.

Visita à Segurança Social – Sede. Imagem: EAPN Portugal

Visita à Assembleia da República. Imagem: EAPN Portugal

Assembleias Participativas e Recomendações de Políticas públicas

Entre o período de 2022 e 2023 decorreram **cinco assembleias participativas** cujo objetivo foi reunir imigrantes, organizações da sociedade civil, entidades públicas e atores políticos locais, num diálogo conjunto sobre os temas prioritários identificados pela equipa técnica do projeto, organizações de intervenção nos territórios e o grupo de voluntários identificados como o Conselho Local de Imigrantes.

As assembleias participativas são um encontro ou reunião em que os oradores e participantes se juntam para discutir, deliberar e tomar decisões coletivamente sobre diversos temas que os afetam. Numa assembleia participativa, a tónica é colocada na **inclusão**, na colaboração e no envolvimento de todos os participantes no processo de tomada de decisões. O seu objetivo é assegurar que as diversas perspetivas são ouvidas e tidas em consideração quando se tomam decisões com impacto junto de uma comunidade. O modelo de assembleia participativa envolve discussões abertas, partilha de informações e a participação ativa dos cidadãos. O objetivo é permitir a tomada de decisões informadas e gerar soluções que reflitam a sabedoria coletiva dos participantes.

Os princípios fundamentais das assembleias participativas incluem a Inclusão, ao garantir que uma vasta gama de vozes e perspetivas são representadas nas assembleias. O projeto tentou garantir esta diversidade através da partilha das assembleias com várias organizações do terreno parceiras e o uso dos meios de comunicação (redes sociais e website); **Igualdade**, ao garantir que todos os participantes fossem tratados de forma igual e criando um ambiente onde os imigrantes sentiam que a sua voz era valorizada; **Deliberação**, ao encorajar discussões ponderadas e respeitosas em que os participantes se envolvem com as ideias uns dos outros, trocam informações e exploram soluções de forma coletiva; **Transparência**; proporcionar informações relevantes e assegurar que o processo de tomada de decisões é transparente e compreensível para todos os participantes. Uma vez que as assembleias decorriam com tradução português - inglês e inglês - português, houve o cuidado por parte da equipa técnica e dos voluntários em garantir a transparência, apesar das barreiras linguísticas; **Criação de consensos**, assegurar que os participantes trabalham em conjunto para encontrar um terreno comum e criar soluções. Estes passos fundamentais foram essenciais para garantir o funcionamento das assembleias e garantir a melhor forma de discutir soluções e as recomendações de políticas públicas apresentadas neste manual.

Temas Prioritários

Prioridade fundamental 1: Acesso à Habitação: O verdadeiro desafio para os Imigrantes

A primeira das cinco assembleias decorreu em Outubro de 2022. Mediante a parceria com o ACM – Alto Comissariado para as Migrações, o projeto teve o privilégio de conseguir realizar quatro das cinco assembleias no auditório do ACM, a localização era particularmente importante considerando que o ACM e o CLAIM[23] se concentram no mesmo espaço, garantido um espaço conhecido de fácil acesso para os participantes.

A assembleia **"HABITAÇÃO: O verdadeiro desafio para os imigrantes"** reuniu imigrantes com o objetivo de elucidar a população imigrante sobre os apoios existentes no acesso à habitação e as principais dificuldades enfrentadas pelos imigrantes no acesso ao arrendamento, à compra da casa e apoios sociais de alojamento, assim como receber ideias e propostas de diferentes *stakeholders,* em particular dos imigrantes, sobre como minimizar e resolver alguns destes desafios, promovendo assim um diálogo participativo.

23 Redes de Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes

Os problemas identificados no acesso à habitação foram: 1. Custos de arrendamento elevados; 2. Falta de habitação digna a preços acessíveis. 3. Habitações precários ou sobrelotadas; 4. Baixos salários em Portugal; 5. Discriminação ou xenofobia por parte de senhorios; 6. Incapacidade de cumprir os processos burocráticos, por exemplo, a exigência de fiadores, muitas vezes de nacionalidade portuguesa, comprovativo de IRS, recibos de vencimento e contratos de trabalho. E incapacidade de pagar o número de rendas e valor da caução, que se encontra muitas vezes fora dos valores determinados pelo artigo 1076° do Código Civil[24], contudo mesmo os valores estabelecidos pelo código civil são superiores ao poder financeiro dos imigrantes; 7. Subarrendamento de espaços sem contrato. A falta de contrato limita a proteção do senhorio e do inquilino, tem implicações no IRS do indivíduo ou das famílias e é uma limitação quando procedimentos burocráticos exigem comprovativo de habitação como demonstração do período vivido em Portugal.

Esta assembleia participativa contou com 35 participantes e a presença do Assessor da Vereadora da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa, em substituição da Vereadora dos Direitos Humanos e Sociais a Responsável pelo Gabinete dos Assuntos Sociais e de Inclusão do CNAIM[25], duas investigadoras do centro de investigação IGOT[26] da Universidade de Lisboa que trabalham na área da habitação com estudos voltados para os imigrantes, e um consultor imobiliário.

Apresentamos as recomendações pensadas e discutidas conjuntamente com os vários *stakeholders* durante as assembleias participativas e os grupos focais que decorreram entre 2021 e 2023.

Recomendações para garantir o acesso à habitação condigna a pessoas imigrantes

Destinatários: Entidades Públicas, decisores políticos e legisladores, e embaixadas

1. O preço médio de arrendamento por uma habitação no concelho de Lisboa é 1235,00 euros[27] e de um quarto 430,00[28]. Valores máximos de arrendamento que vão ao encontro da realidade dos salários deviam ser estabelecidos em Portugal, uma vez que os valores praticados atualmente são inconcebíveis para a maior parte da população que trabalha no país. Para além do problema de baixos salários e o preço de rendas elevadas, é necessário um foco sobre as necessidades específicas de cada território e um diagnóstico social sobre a população que neles habita.

2. O subarrendamento/arrendamento ilegal é um problema grave em Portugal. Existem inúmeros casos que resultam na sobrelotação de edifícios, várias famílias a viverem numa só casa/quarto ou o mais recente fenómeno de quartos partilhados com beliches para dois, quatro ou mais pessoas e que são facilmente encontrados em websites como o Idealista, OLX, etc. Este tipo de espaço habitacional viola os mais básicos de direitos humanos, ao infringir condições sanitárias e de higiene, falta de espaço e outros condicionantes que torna habitações sobrelotadas perigosas. Um exemplo dos perigos da sobrelotação habitacional foi o incêndio que ocorreu no bairro da Mouraria, Lisboa, em fevereiro de 2023, que resultou em 14 feridos e na morte de 2 pessoas. Para combater estas violações deve ser exercida uma fiscalização às condições habitacionais de forma mais assídua pelas entidades públicas responsáveis.

3. As pessoas imigrantes relatam experienciar discriminação racial e xenofóbica na procura de espaço para arrendar. Necessidade de existir uma figura/ gabinete dedicado ao combate à discriminação na habitação.

4. As entidades públicas responsáveis pela habitação devem criar um gabinete público de combate à fraude e violações à lei cometidas pelos arrendatários e o senhorio.

5. A maior parte das pessoas imigrantes chega a Portugal sem conhecer alguém local. Isto dificulta o processo de arrendamento quando é exigido uma figura do fiador para a realização do contrato de arrendamento. Uma figura de fiador exige proximidade e confiança, e apesar do artigo 634° do Código Civil não referenciar a nacionalidade do fiador como fator de cumprimento, um grande número de imigrantes relata o pedido da obrigatoriedade de o fiador ser de nacionalidade portuguesa. Para além que a figura do fiador não exclui outros requisitos no processo de arrendamento, como o contrato de trabalho, comprovativos de vencimento e o IRS. Considerando os documentos necessários exigidos para a celebração de um contrato de arrendamento, a figura de fiador devia ser retirada da lei.

6. As entidades públicas responsáveis, tais como o governo e as câmaras municipais devem responder às auscultações dos cidadãos de forma pública perante os seus compromissos legislativos nacionais de garantir à população acesso a uma habitação condigna, tal como consagrado no artigo 65° da CRP e na Lei de Bases da Habitação (2019). O mesmo deve realizar-se com os tratados e convenções internacional ratificados pelo Estado Português.

7. Simplificar a sistematização da informação online e o procedimento burocrático de acesso à habitação por entidades públicas. Por exemplo, uma pessoa imigrante só pode concorrer à habitação pública após dois anos de residência formalizada. Uma vez que as pessoas imigrantes são dos cidadãos com mais carência habitacional, este período deve ser reduzido.

---

24 O artigo **1076°** do **Código Civil** referente a **Antecipação das Rendas** impõe que o limite de rendas pagas entre inquilino e senhorio seja através de acordo escrito e não superior a dois meses e que o montante máximo que pode ser pedido de caução é o valor total equivalente a dois meses de renda. Pode consultar o artigo 1076° em https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/68-2019-122373682

25 Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes. Pode consultar em https://www.acm.gov.pt/ru/-/cnai-lisboa

26 Instituto de Geografia e Ordenamento do Território. Pode consultar em https://www.igot.ulisboa.pt/

27 Este valor é de acordo com o estudo "Radiografia do Mercado de Arrendamento em Portugal" (2021).

28 De acordo com o Idealista (2022).

8. Melhorar a divulgação dos programas de apoio ao acesso à habitação. As entidades publicas devem trabalhar junto de associações de apoio a pessoas imigrantes, garantido que a responsabilidade não caía apenas sobre os técnicos sociais, criando um mecanismo intersectorial de apoio, que divulga a informação de forma clara, com tradução para quebrar barreiras linguísticas e atempadamente.

9. Criar um diagnóstico social público para identificar as características dos moradores de Lisboa, para pensar soluções mais adequadas às características da população da cidade.

Prioridade Fundamental 2: Empregabilidade e Reconhecimento de Qualificações

A Assembleia Participativa **"Empregabilidade e Condições Laborais para Imigrantes"** reuniu 20 participantes e contou com a presença de diversos oradores, incluindo Miguel Sanches da Câmara Municipal de Lisboa, a investigadora Alina Esteves do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, Patrícia Brederode e Victor Hastenreiter da Casa do Brasil de Lisboa e Ana Paula Rosa da Organização Internacional do Trabalho.

O objetivo desta assembleia foi identificar os principais desafios enfrentados pelos imigrantes no acesso ao emprego, bem como receber propostas de políticas públicas para mitigar esses desafios.

Fatores que criam desigualdades no acesso ao emprego para a população imigrante

1. Preconceito e discriminação

A discriminação e o preconceito na candidatura ao trabalho são problemas sérios e persistentes sentidos pela população imigrante em Portugal. O preconceito ocorre quando um candidato é tratado de forma desigual com base nas seguintes características: nacionalidade, etnia, ascendência, território de origem, língua, género, idade, orientação sexual, religião, deficiência, estado civil ou outras características pessoais. Estas ocorrências têm um impacto significativo na vida dos imigrantes, tanto em termos de bem-estar emocional e social, como em oportunidades profissionais. É ainda de salientar que o Código de Trabalho nos artigos 23º[29], 24º[30] e 25º[31] consagram a proteção contra a proibição da discriminação laboral.

2. Burocracia excessiva

A população imigrante em Portugal enfrenta vários procedimentos burocráticos no acesso ao mercado laboral. A primeira dificuldade passa pelo tempo de espera da regularização dos vistos, que aumentou mediante as dificuldades provocadas pela pandemia da Covid-19. No momento de publicação deste manual o SEF – Serviço de

29 Artigo 23° do Código de Trabalho – **Conceitos em Matérias de Igualdade e Não Discriminação**

30 "O trabalhador ou candidato a emprego tem direito a igualdade de oportunidades e de tratamento no que se refere ao acesso ao emprego, à formação e promoção ou carreiras profissionais e às condições de trabalho, não podendo ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, identidade de gênero, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crítica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, devendo o Estado promover a igualdade de acesso a tais " Artigo 24°, alínea 1 do Código do Trabalho / **Direito à Igualdade no Acesso a Emprego no Trabalho**

31 Artigo 25° do Código de Trabalho – **Proibição de Discriminação**

Estrangeiros e Fronteiros foi extinto e foi criada a Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), que iniciou atividade no dia 29 de outubro de 2023, e para o qual ainda não temos mais informações.

Já a população imigrante de países terceiros encontra dificuldades no reconhecimento das suas qualificações obtidas nos países de origem. O procedimento burocrático cuja orientação pode ser consultado através da página da DGES – Direção Geral do Ensino Superior, acarreta dúvidas e críticas. O reconhecimento exige deslocação aos estabelecimentos de ensino superior compatíveis com determinado curso superior. Para além desta dispersão, os custos associados ao reconhecimento rondam entre os quinhentos a novecentos euros sem garantias de que este reconhecimento de diploma seja atribuído. O preço e a necessidade de esclarecimento do procedimento burocrático colocam entraves ao desenvolvimento profissional da população imigrante. Para além do processo burocrático, as entidades profissionais tendem a considerar as pessoas imigrantes de países terceiros menos qualificadas e capazes. Este ato surge mesmo quando a pessoa imigrante é detentora das mesmas qualificações que uma pessoa nacional.

As pessoas de países terceiros que residem em Portugal e que carecem do reconhecimento do diploma não têm acesso às formações disponibilizadas e as formações existem apenas na língua portuguesa. Contudo, o IEFP, tal como outras entidades, faculta aulas de português para estrangeiros.

Recomendações para melhorar o acesso ao emprego:

Destinatários: Entidades Públicas, Autarquias Locais, Decisores Políticos, Legisladores e Empresas

1. A entidade responsável deve simplificar e agilizar o processo de regularização para melhorar o acesso ao mercado laboral em Portugal das pessoas de países terceiros.

2. Combater a discriminação com base na nacionalidade e língua nos locais de trabalho e no processo de recrutamento, mediante os artigos de proteção da discriminação que se encontram consagrados no Código do Trabalho.

3. Devem ser criados mecanismos de articulação entre o Estado Português e as embaixadas que representam o maior número de imigrantes para facilitar o processo de regularização e reconhecimento profissional dos imigrantes.

4. Simplificar os procedimentos de solicitação da residência temporária e permanente, reduzindo a burocracia, de modo a tornar o processo mais acessível para assim garantir uma transição mais eficaz para os indivíduos que desejam estabelecer-se em Portugal.

5. Disseminar informações simplificadas sobre os direitos e deveres laborais diretamente para as pessoas interessadas.

6. Implementar um sistema holístico que integre a regularização, emprego e educação das pessoas migrantes para facilitar a sua integração destes após a sua chegada.

7. As entidades públicas devem promover ações de sensibilização e capacitação para os profissionais de serviços públicos, escolas e outras instituições no acolhimento de migrantes sobre os direitos fundamentais do trabalho para melhorar a sua capacidade de acompanhamento.

8. As entidades públicas devem priorizar o acesso à língua portuguesa para melhorar oportunidades e integração e ter em consideração os constrangimentos que afetam a ida dos imigrantes às aulas, como por exemplo, existirem aulas em horário pós-laboral.

9. Aumentar a oferta de cursos gratuitos de língua portuguesa.

10. Realizar campanhas públicas para demonstrar a importância dos imigrantes e das suas contribuições para a sociedade.

11. Estabelecer regulamentos para melhorar as condições de acesso ao trabalho das pessoas imigrantes, especialmente em empregos que não exigem proficiência em língua portuguesa.

12. Para garantir equipas mais diversas, em particular em áreas especializadas/profissionais devem ser estabelecidas por lei quotas para imigrantes.

13. Incentivar empresas a adotar políticas e práticas de contratação que valorizem a diversidade, de modo a proporcionar a igualdade de oportunidades para os imigrantes qualificados.

14. Deve ser criada uma plataforma de base de dados onde as pessoas imigrantes se possam inscrever e submeter as suas qualificações para melhorar a capacidade de acesso a trabalhadores especializados por parte das empresas.

Prioridade Fundamental 3: Inclusão e Exclusão - Os imigrantes têm que ser ouvidos!

A terceira Assembleia Participativa **"Inclusão e Exclusão: Os imigrantes têm que ser ouvidos"** teve como objetivo promover o debate, a análise e a reflexão sobre os principais desafios de integração enfrentados pelos imigrantes em Lisboa. Além disso, procurava receber ideias e propostas, especialmente da população imigrante, para mitigar esses desafios e promover uma integração mais bem-sucedida. O evento contou com vinte e três participantes e a presença de quatro oradores no painel de debate: a Dr.ª Joana Clemente, representando a Câmara Municipal de Lisboa; o Dr. Luís Sousa, representando a Junta de Freguesia de Arroios; a investigadora Doutora Dulce Pimentel, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e do CICS NOVA; e a Dr.ª Rute Machado, da Fundação Cidade Lisboa.

Aceitação. A aceitação é um comportamento bilateral relacionado com os limites impostos por nós e por outros. Para isso é necessário entender o idioma, mas compreender que é necessário ir para além de saber falar a língua, também é necessário compreender linguagem corporal, social e comportamental.

Conselho Local de Imigrantes

Os principais fatores de exclusão identificados incluem:

- Constrangimentos à legalização.
- Dificuldades no acesso aos serviços públicos.
- Barreiras linguísticas.
- Falta de conhecimento da agenda cultural e política nacional.
- Falta de laços afetivos com pessoas nacionais.
- Discriminação e xenofobia vivenciada no dia a dia das pessoas imigrantes, seja no local de trabalho, serviços públicos, escolas/universidades, locais de lazer, transportes etc.
- As dificuldades económicas levam ao aumento de pessoas imigrantes em situação de sem abrigo e de se sujeitarem a uma habitação menos digna. As dificuldades económicas também resultam que as pessoas imigrantes se sujeitem a exploração laboral (horários extensos, sem contrato e por uma baixa remuneração) e a condições inseguras.
- Dificuldades no acesso ao mercado de trabalho. Como abordado previamente no ponto acerca da assembleia participativa que decorreu no âmbito da empregabilidade existem vários fatores que resultam na exclusão, especialmente de imigrante qualificados, do mercado de trabalho.
- Falta de conhecimento do sistema de ensino local (matrículas, matéria de ensino, avaliação, idioma).
- Falta de comunicação das escolas e professores com pais imigrantes. As barreiras linguísticas normalmente resultam em que os filhos sejam os tradutores dos pais, complicando o diálogo entre partes.
- Falta de compreensão pelos pais imigrantes e as difi-

culdades enfrentadas na escola pelas crianças por parte dos professores e membros da comunidade escolar.

- Dificuldades na gestão de turmas multiculturais por parte dos professores, especialmente por falta dos recursos adequados.

Integração dos Imigrantes

A população estrangeira em Portugal é diversa, o que torna a integração um desafio complexo. No entanto, existem vários **fatores que influenciam a integração**, incluindo:

- Acesso ao emprego com salário digno.
- Domínio da língua portuguesa, inclusão na vida política e cultural.
- Criação de uma rede social com pessoas da comunidade e criação de um sentimento de pertença.
- Cumprimento dos direitos fundamentais.
- Presença e criação de laços da comunidade já estabelecida em Portugal.
- Estabilidade e Coesão social.
- Recetividade à chegada de estrangeiros.
- Diferenças culturais.
- Recursos disponíveis.
- Políticas Públicas claras de integração.

Recomendações para uma integração mais bem-sucedida dos migrantes em Portugal:

Destinatários Entidades Públicas, Organizações da Sociedade Civil, Autarquias Locais, Decisores Políticos, Legisladores e Empresas

1. Criação de espaços em horários não laborais para que os imigrantes possam interagir com os residentes locais (buddy system).
2. Um reconhecimento público de que a integração é uma responsabilidade compartilhada, com a necessidade de abordar as necessidades das pessoas de maneira mais abrangente.
3. Investimento na requalificação profissional dos imigrantes, visando integrar pessoas altamente qualificadas no mercado de trabalho.
4. Reconhecimento e aproveitamento das competências dos imigrantes altamente qualificados para contribuir para o desenvolvimento do país, especialmente para aqueles que atualmente trabalham em setores menos qualificados.
5. Desenvolvimento de um Manual de Direitos e Deveres nas línguas das comunidades mais representadas em Portugal para combater a desinformação e fake news sobre o processo migratório para Portugal.
6. A linguagem dos documentos sobre informações fundamentais para a integração dos imigrantes deve ser simplificada através de textos mais curtos, uma linguagem mais acessível, redes sociais ativas e vídeos explicativos online.
7. Devem ser criados projetos e campanhas que promovam a desconstrução de estereótipos em relação aos imigrantes junto de empresas e da sociedade em geral.
8. As empresas e as entidades públicas devem ter formação sobre espaços laborais mais diversos e promover atividades culturais como intercâmbios gastronómicos, música, cinema etc.
9. Consciencializar os imigrantes da importância de aprender a língua portuguesa. A aprendizagem da língua portuguesa desempenha um papel fundamental na integração bem-sucedida dos migrantes.
10. Aulas de português que não se restringem à aprendizagem da língua portuguesa de uma forma teórica. Para aumentar a motivação dos imigrantes na aprendizagem da língua portuguesa, as aulas podem ser diversificadas com atividades em português coloquial.
11. Para concretizar estes pontos deve haver maior financiamento das organizações que implementam projetos comunitários, melhoramento de salários dos recursos humanos das organizações e de professores e oportunidade de aumentar os recursos humanos.
12. As entidades públicas (serviços públicos, juntas de freguesia, escolas e hospitais) deviam providenciar de tradutores presenciais nas línguas das comunidades mais presentes em Portugal para melhorar a qualidade de serviço e atendimento. As barreiras linguísticas resultam em mal-entendidos entre funcionários e pessoas imigrantes e a incapacidade das pessoas imigrantes em resolverem os assuntos de forma célere e adequada.

Prioridade fundamental 4: Direito à Saúde dos Imigrantes na Cidade de Lisboa

A Assembleia Participativa **"Direito à Saúde dos Imigrantes na Cidade de Lisboa"** reuniu 23 participantes e contou com a presença de diversos oradores, o Daniel Resendes e o Bruno Castro da Administração Regional de Saúde de

Lisboa e Vale do Tejo, o Willian Gomes e a Ana Montrond do GAT – Grupo de Ativistas em Tratamento, a Cristina Santinhos do CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia e a Eunice Nobre do SAMANE Portugal.

Esta assembleia pretendeu articular sinergias entre a população imigrante com entidades que desenvolvem um papel central na saúde da população. A população imigrante sofre diversas dificuldades no acesso à prestação de cuidados de saúde no Serviço Nacional de Saúde - SNS. Em Portugal os imigrantes têm acesso aos cuidados de saúde perante o nº 1 e 2 da Lei de Bases de Saúde e o artigo 4º do Decreto-Lei nº 52/2022, de 4 de agosto, onde é declarado que são beneficiários do Serviço Nacional de Saúde todos os cidadãos portugueses, bem como todos os cidadãos com residência permanente ou em situação de estada ou residência temporária em Portugal[32].

Existe uma grande preocupação tanto pelos imigrantes em situação regular como em situação irregular. Os cidadãos estrangeiros que possuam uma autorização de permanência ou residência válida (temporária ou permanente) em território nacional são registados no Registo Nacional de Utentes (RNU) onde lhes será atribuído o número nacional de utente. Mediante os procedimentos, estes cidadãos ficam sujeitos aos mesmos princípios e normas em matéria de pagamento e de isenção de taxa que os cidadãos nacionais.

Porém, é necessário alertar que o cenário se altera perante os cidadãos em situação de irregularidade. Apesar destes terem o mesmo direito de usufruírem do SNS, as consultas para estes terão custos associados. Custos que a maioria dos imigrantes em situação irregular não tem como custear.

Foram identificadas algumas das **barreiras no acesso à saúde**, que incluem:

- Excesso de burocracia e dificuldade em aceder ao número de utente.
- Falta de conhecimento sobre a legislação em vigor.
- Barreiras relacionadas com a à alfabetização digital.
- Dificuldades de comunicação, tradução indisponível ou inadequada às necessidades dos utentes.
- Estigma e discriminação.
- Falta de compreensão do sistema de saúde português.
- Medo de deportação.
- Escassez generalizada de mediadores socioculturais para acompanhar pessoas imigrantes nas consultas.
- Medicamentos caros e por vezes inacessíveis.
- Restrições de género (em determinadas culturas um homem só pode ser consultado por outro homem; uma mulher só pode ser consultada por uma mulher).
- Por outro lado, existem desafios que os profissionais de saúde enfrentam ao lidar com a população imigrante, especialmente nas dificuldades que ocorrem por vezes na falta de estratégias da comunicação.
- Durante a formação académica observa-se a falta de formação em ciências sociais e diversidade sociocultural na saúde.
- Falta de competências de comunicação com o utente.
- Falta de conhecimento da história de vida do paciente ou mesmo do histórico médico.
- Falta de tempo na consulta clínica para ouvir o paciente.
- Estereótipos culturais.
- Racismo e Xenofobia.

32 Estes devem ser nacionais de Estados Membros da União Europeia ou equiparados, nacionais de países terceiros ou apátridas, requerentes de proteção internacional e migrantes, com ou sem a respetiva situação legalizada.

Recomendações para melhorar o acesso à saúde dos imigrantes em Portugal:

1. Assistência técnica personalizada para ajudar os migrantes a agendar consultas e garantir que tenham acesso a informações atualizadas sobre os serviços de saúde disponíveis.

2. Readaptação das unidades de saúde de forma a melhorar a acessibilidade e a comunicação (exemplo: acesso alargado aos trabalhadores, espaço disponível para crianças, especificidade de género sempre que necessário, intérpretes/mediadores culturais).

3. Implementar a presença de mediadores interculturais nos centros de saúde e hospitais para facilitar a comunicação e a compreensão entre profissionais de saúde e migrantes de diferentes origens culturais.

4. Melhorar as competências sociais e culturais dos profissionais de saúde para tornar os serviços de saúde mais acessíveis e eficazes para pessoas de diversas origens e comunidades etnoculturais.

5. Promover a sensibilização, a capacitação e a formação dos profissionais de saúde em relação à diversidade cultural (com noções básicas de antropologia médica e social).

6. Facilitar a colaboração entre profissionais de saúde e os serviços sociais quando necessário.

7. Aumentar a literacia em saúde nas comunidades migrantes.

8. Promover um sistema eficaz de comunicação para que os migrantes possam relatar problemas de acesso à saúde, garantindo maior transparência e a rápida resolução dessas questões.

9. Reduzir barreiras burocráticas que afetam o acesso à saúde dos migrantes.

10. Tornar os salários mais atrativos e melhorar as condições de vida em Lisboa para atrair e reter profissionais de saúde, para assim superar a escassez de médicos.

11. Facilitar programas de capacitação para profissionais de saúde, tanto em Portugal como nos seus países de origem, para promover a integração bilateral de conhecimento e experiência.

12. Promover a coordenação e a partilha de informações entre profissionais de saúde, evitando a necessidade de os utentes repetirem o seu histórico médico a cada consulta.

13. Implementar serviços de teleconsulta com médicos de família para a realização de consultas online, de forma a melhorar o acesso aos cuidados de saúde.

Prioridade fundamental 5: Sistema Político Português para Pessoas Imigrantes

A Assembleia Participativa **"Sistema Político Português para Pessoas Imigrantes"** reuniu 22 participantes e contou com a presença da Beatriz Ribeiro, doutoranda em Ciência Política pela Universidade Nova de Lisboa e investigadora associada do Instituto Português de Relações Internacionais. A última assembleia realizada no âmbito do projeto teve o propósito de apresentar como funciona o sistema político nacional e local em Portugal e quais são os deveres e direitos das pessoas imigrantes.

O sistema político português para imigrantes segue as regras gerais do sistema democrático parlamentar. Portugal é uma república democrática, e a estrutura política é delineada pela Constituição da República Portuguesa.

Alguns pontos sobre o sistema político português relevantes para os imigrantes são: a figura do Presidente da República, o Parlamento e o Governo. A participação cívica no sistema político português relaciona-se com os imigrantes que em Portugal têm o direito de participar em eleições municipais, o que lhes permite influenciar as decisões a nível local. Porém, para participar nas eleições legislativas e presidenciais, é necessário adquirir a nacionalidade portuguesa. As pessoas imigrantes em Portugal têm direitos e deveres semelhantes aos cidadãos portugueses, embora, alguns direitos políticos, como o direito de voto em todas as eleições, sejam reservados apenas aos cidadãos nacionais.

Já nas eleições dos órgãos das autarquias locais este modelo sofre algumas alterações. Podem votar nestas, todos os portugueses e os brasileiros com estatuto de igualdade de direitos políticos, desde que estejam inscritos no recenseamento de território nacional. Podem ainda votar os cidadãos dos seguintes países:[33]

- Estados Membros da União Europeia;[34]
- Reino Unido com residência em Portugal anterior ao Brexit;
- Brasil (sem estatuto de igualdade) e de Cabo Verde, com título de residência em Portugal há mais de dois anos;
- Argentina, Chile, Colômbia, Islândia, Noruega, Nova Zelândia, Peru, Uruguai e Venezuela, com título de residência em Portugal há mais de três anos.

Recomendações de apoio à participação política e cívica de pessoas imigrantes

1. Devem ser organizadas mais sessões como as iniciativas que decorreram no projeto Conselho Local de Imigrantes, que dão a conhecer o funcionamento do sistema político português e as suas instituições, os direitos e deveres das pessoas imigrantes e que oferece um espaço seguro para colocar questões e expressar as suas ideias.
2. As pessoas imigrantes enquanto cidadãos e cidadãs ativas devem ter o direito de votar nas eleições autárquicas e nacionais mediante requisitos pré-estabelecidos. Uma vez que os acordos bilaterais em vigor não são representativos da imigração em Portugal.
3. Os órgãos políticos e partidos políticos deviam ter maior diversidade e representatividade de pessoas.
4. Os manifestos políticos devem estar disponíveis em outras línguas para além da língua portuguesa.
5. É necessário garantir as ligações comunitárias, mas com a participação e o envolvimento de todos os cidadãos. Para tal, deve existir uma maior sinergia entre as entidades públicas e organizações sociais para facilitar a promoção da educação cívica e política.

33 Para mais informação pode consultar: https://www.acm.gov.pt/pt/-/sou-cidadao-estrangeiro-e-resido-em-portugal-posso-votar-nas-eleicoes-portuguesas-

34 Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polónia, República Checa, Roménia e Suécia.

Contatos e Serviços

Serviço de Tradução Telefónica / ACM – Alto Comissariado para as Migrações

Consultar o website: https://www.acm.gov.pt/ru/-/servico-de-traducao-telefonica

Entidades Públicas e Serviços

AIMA - Agência para a Integração, Migrações e Asilo

Morada: Avenida António Augusto de Aguiar, 20

Telefone: Rede fixa em Portugal 808 257 257 (custo de chamada local)

Telefone: Rede móvel (+351) 218 106 191 (custo de acordo com o tarifário)

Horário: Segunda a sexta-feira, das 9.00 - 20.00h e sábado das 9.00 - 17.00h

Email: geral@aima.gov.pt

Website: https://aima.gov.pt/pt

CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

Morada: Rua Almeida Brandão 7, 1200-602, Lisboa

Telefone: 217 983 000

Email: cig@cig.gov.pt

Website: cig.gov.pt

Direção-Geral do Ensino Superior

Morada: Avenida Duque de Ávila 137, 1069-016, Lisboa

Telefone: 213 126 000

Contatos: https://www.dges.gov.pt/pt/pagina/contactos-dges

Reconhecimento de Qualificações: https://www.dges.gov.pt/pt/pagina/reconhecimento

Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. - IEFP

Website: https://www.iefp.pt/

Morada: Local varia consoante a morada do utente / Verifique o local mais próximo

Instituto da Segurança Social, I.P - Segurança Social

Website: https://www.seg-social.pt/iss-ip-instituto-da-seguranca-social-ip

Morada: Local varia consoante a morada do utente / Verifique o local mais próximo

Lojas do Cidadão na Cidade de Lisboa

As Lojas do Cidadão reúnem balcões de entidades públicas e privadas e permitem que as pessoas e empresas possam aceder a diversos serviços no mesmo espaço. Nas lojas pode encontrar os serviços da Segurança Social, Finanças, IEFP, Registos e Notariado, bem como a GALP, EDP e CTT, entre outras entidades.

Loja do Cidadão das Laranjeiras

Morada: Rua Abranches Ferrão, nº 10, 1600 – 001, Lisboa

Telefone: 300 003 990

Website: https://eportugal.gov.pt/locais-de-atendimento-de-servicos-publicos/loja-de-cidadao-das-laranjeiras-lisboa

Loja de Cidadão do Saldanha

Morada: Rua Eng.º Vieira da Silva – Mercado 31 de Janeiro, 1º Piso, 1050-094 Lisboa

Telefone: 300 003 990

Website: https://eportugal.gov.pt/pt-PT/locais-de-atendimento-de-servicos-publicos/loja-de-cidadao-do-saldanha

Loja do Cidadão de Lisboa – Marvila

Morada: Avenida Santo Condestável - Centro Comercial Pingo Doce Bela Vista – Loja 34, 1950-392 Lisboa

Telefone: 300 003 990

Website: https://eportugal.gov.pt/locais-de-atendimento-de-servicos-publicos/loja-de-cidadao-de-lisboa-marvila?utm_source=gmb&utm_medium=organic

Organizações Sociais / IPSS

Casa do Brasil de Lisboa

Morada: Rua Luz Soriano 42, 1200-248 Lisboa

Telefone: 213 400 000 / 935 141 813

Website: https://casadobrasildelisboa.pt/

Centro Padre Alves Correia – CEPAC

Morada: Rua de Santo Amaro 43, 1200-801 Lisboa

Telefone: 213 970 030

Email: geral@cepac.pt

Website: https://www.cepac.pt

CRESCER | Associação de Intervenção Comunitária - Lisboa

Morada: Rua da Quinta do Cabrinha 3, 1300-906 Lisboa

Telefone: 213 620 192

Email: info@crescer.org

Conselho Local
de Imigrantes

Conselho Local
de Imigrantes

conselholocaldeimigrantes.eapn.pt

Promotor

Financiador

UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional

REDE
DLBC
LISBOA